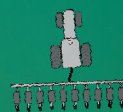
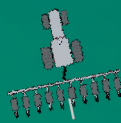
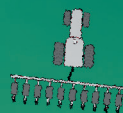
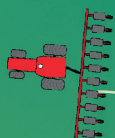


INSTITUIÇÕES, REGRAS E HÁBITOS

proposições teóricas
e aplicadas para estudos
rurais



JOÃO GARIBALDI ALMEIDA VIANA
PAULO DABDAB WAQUIL
(Organizadores)



A publicação constitui uma oportunidade de dar a conhecer os estudos e as pesquisas que estão sendo desenvolvidos no campo da economia institucional, sob perspectivas heterodoxa e evolucionária, em nosso país. Espera-se que a divulgação dessa obra ajude a compreender o campo de estudo da economia institucional, e estimule a realização de novos esforços de pesquisas acadêmicas e consequente publicação sobre a realidade contemporânea.

Prof. Silvio A. F. Cario
Programa de Pós-Graduação em
Economia - UFSC

João Garibaldi Almeida Viana
Paulo Dabdab Waquil
(Organizadores)

INSTITUIÇÕES, REGRAS E
HÁBITOS: proposições teóricas e
aplicadas para estudos rurais

Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2020

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor-chefe: Railson Moura

Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV

Arte da Capa: shutterstock_Nattapol_Sritongcom/Openclipart public domain/
Pexels, Pixabay

Revisão: Analista de Escrita e Artes

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

IN59

Instituições, Regras e Hábitos: proposições teóricas e aplicadas para estudos rurais / João Garibaldi Almeida Viana, Paulo Dabdab Waquil (organizadores) – Curitiba : CRV, 2020. 242 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-5868-295-0

ISBN Físico 978-65-5868-278-3

DOI 10.24824/978655868278.3

1. Economia 2. Desenvolvimento rural 3. Economia institucional 4. Economia rural I. Viana, João Garibaldi Almeida. org. II. Waquil, Paulo Dabdab. org. III. Título IV. Série

CDU 338.43

CDD 333.7

Índice para catálogo sistemático

1. Economia 330

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL

EM FORMATO DIGITAL.

CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2020

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Editora CRV - versão final do autor - João Garibaldi Almeida Viana/
Proibida a impressão e a comercialização

Conselho Editorial: Comitê Científico:

- Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)
Celso Conti (UFSCar)
Cesar Gerónimo Tello (Univer .Nacional
Três de Febrero – Argentina)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
Élsio José Corá (UFSF)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
Gloria Fariñas León (Universidade
de La Havana – Cuba)
Guillermo Arias Beatón (Universidade
de La Havana – Cuba)
Helmuth Krüger (UCP)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)
Josania Portela (UFPI)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
Lidia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Lourdes Helena da Silva (UFV)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Sydione Santos (UEPG)
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)
- Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)
Ana Monteiro Costa (UPE)
Anderson Catapan (UTFPR)
André Nunes (UnB)
Antonio Isidro da Silva Filho (UNB)
Armando João Dalla Costa (UFPR)
Breno de Paula Andrade Cruz (UFRJ)
Carlos Alberto Ramos (UNB)
Clailton Ataídes de Freitas (UFSM)
Claudio Gontijo (UFSJ)
Daniel Arruda Coronel (UFSM)
Eduardo Armando (FIA)
Jose Carlos de Souza Santos (USP)
Luis Cláudio de Jesus Silva (UFRR)
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB)
Marlete Beatriz Maçaneiro (UNICENTRO)
Mauricio Sardá de Faria (UFRPE)
Renata gomes de Jesus (IFES)
Vanessa de Oliveira Menezes (UNICENTRO)
Walter Bataglia (MACKENZIE)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

OVINOCULTURA NO RIO GRANDE DO SUL E URUGUAI: uma análise institucional e evolucionária da trajetória econômica

*João Garibaldi Almeida Viana
Paulo Dabdab Waquil*

Introdução

A ovinocultura se destaca por ser uma atividade econômica de grande tradição no Rio Grande do Sul, estado mais meridional do Brasil, e no seu país fronteiriço, o Uruguai. A espécie ovina apresenta um potencial de produção de carne, lã, pele, leite e outros subprodutos, os quais podem suprir adequadamente tanto as necessidades do mercado interno destas regiões quanto à demanda advinda do mercado internacional (OLIVEIRA; ALVES, 2003). Durante o século XX, o setor ovino gaúcho e uruguaio foi afetado por períodos de progressos e crises, os quais modificaram as estratégias e a dinâmica do agronegócio da ovinocultura.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 a ovinocultura era a maior riqueza existente nos campos da fronteira; o parâmetro do grau de riqueza de um produtor era dado pelo número de ovelhas que compunham seu rebanho. A lã sustentava todas as necessidades das estâncias, e a nobre fibra passou a ser chamada de “ouro branco”, transformando-se no quarto produto mais importante de exportação do Rio Grande do Sul. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela maior intervenção governamental na agricultura através de diversos instrumentos que vinham com a finalidade de aumentar a produtividade da terra e a oferta de alimentos. O fomento ao setor agropecuário estimulou o crescimento da agricultura de grãos no Rio Grande do Sul e Uruguai, visto que os subsídios para essas atividades eram mais fáceis e rentáveis. Assim, as áreas destinadas à ovinocultura começaram a dar espaço para as lavouras, destacando o crescimento da área plantada dos cultivos de arroz e soja em todo o Rio Grande do Sul (BOFILL, 1996; NOCCHI, 2001).

O início dos desequilíbrios nos mercados da ovinocultura e das transformações produtivas que afetaram a atividade após 1990 no Rio Grande do Sul e Uruguai teve origem em comportamentos econômicos de agentes do setor lanheiro da Austrália. A estratégia australiana de auferir elevados lucros com o aumento dos preços da lã no mercado internacional estimulou o deslocamento da demanda por lã para outras fibras têxteis. Assim, instaurou-se a crise internacional da lã durante a década de 1990, determinando o principal evento negativo da atividade. O desequilíbrio foi caracterizado pela queda drástica dos

preços pagos aos produtores (VIANA; SOUZA, 2007) devido aos altos estoques australianos de lã e a entrada intensiva de tecidos sintéticos no mercado têxtil mundial, aliados ao contexto do fim da União Soviética e a instabilidade econômica dos principais compradores do mercado asiático (NOCCHI, 2001).

Estas mudanças estruturais e conjunturais desestruturaram o setor ovino no Rio Grande do Sul e Uruguai. Muitos produtores desistiram da atividade e o rebanho ovino declinou de forma significativa. Grande parcela das áreas antes destinadas à ovinocultura foi tomada pela bovinocultura de corte e pela agricultura de grãos (DIEA/MGAP, 2008), e a produção ovina restante tornou-se uma atividade agropecuária secundária, direcionada para subsistência. Ao final da década de 1990, a renda gerada pela ovinocultura dentro do cômputo geral de uma empresa rural passou a ser pouco expressiva (VILELA, 1998, p. 182).

Paralelamente à crise do setor laneiro, a carne ovina despontava como uma alternativa mercadológica de produção. A carne, que era considerada um subproduto, consumida apenas nos estabelecimentos rurais ou comercializada de forma desorganizada, passou a assumir uma posição de destaque na atividade (NETO, 2004). Contudo, este fato deveu-se à crescente demanda mundial por carne ovina, que trouxe um alento à cadeia produtiva: a produção de cordeiros para abate. Iniciou-se um processo de adaptação dos sistemas produtivos para reorganizar o setor em torno da produção de carne. Todo este processo resultou em mudanças drásticas na economia agrícola das duas regiões, modificando o perfil e o objetivo do setor produtivo ovino.

A transformação do mercado ovino no Rio Grande do Sul e Uruguai, seus desequilíbrios e suas mudanças econômicas, institucionais e produtivas nas últimas décadas expõem uma rica realidade empírica para uma análise econômica heterodoxa. Assim, o arcabouço teórico da Economia Institucional Evolucionária surge como uma alternativa aos modelos analíticos dominantes da área da economia e comercialização agrícola.

A emergência da alternativa institucional para a compreensão das mudanças na ovinocultura reside nas características históricas do setor e na identificação de lacunas teóricas na Economia Neoclássica para o estudo da dinâmica agrícola. Verifica-se que uma compreensão econômica neoclássica das sinalizações dos mercados nem sempre irão direcionar os indivíduos para decisões mais vantajosas, pois as decisões estão muito além da alocação ótima dos recursos, da maximização dos lucros, da racionalidade ilimitada e do hedonismo dos indivíduos. As decisões são muito mais complexas, e são influenciadas pelos hábitos de pensamento (VEBLEN, 1899), pela racionalidade limitada (SIMON, 1955), pelas ações coletivas (COMMONS, 1934), pelos costumes e modos não-econômicos de pensar (SCHUMPETER, 1911), pelas regras formais e informais da sociedade (NORTH, 1990) e pelo processo de *path dependence* (NELSON; WINTER, 2005).

A partir de sua concepção teórica com origem no Antigo Institucionalismo, a Economia Institucional Evolucionária deve levar em conta: fatores culturais, fatos e conjunturas, a interdisciplinaridade, um modelo não-maximizador, técnicas estatísticas como ferramentas analíticas e a utilização da história e material empírico relativo às instituições socioeconômicas (HODGSON, 1998), e a partir de sua concepção teórica neo-schumpeteriana, deve levar em conta: uma análise dinâmica e modelos evolutivos que envolvem processos de aprendizagem, descoberta e algum mecanismo de seleção (DOSI; NELSON, 1994).

Assim, este capítulo busca confirmar o argumento da Economia Institucional Evolucionária de que a mudança tem um papel central na configuração dos mercados e que as firmas não são inerentemente maximizadoras, mas influenciadas por instituições, as quais determinam seu movimento na trajetória econômica. Portanto, conduzindo a reflexão teórica para o caso empírico, a hipótese a ser construída baseia-se em uma evolução da produção ovina das duas regiões marcada por períodos de mudanças e desequilíbrios, os quais afetaram a configuração atual do setor ovino, onde a adaptação e a retenção das firmas produtoras podem ter sido influenciadas pelo estabelecimento de instituições, como hábitos de pensamento individuais, ações coletivas e regras informais da sociedade, fatores essenciais para um possível crescimento futuro da produção ovina, associando-se à dinâmica de variáveis econômicas e produtivas, características da atividade agropecuária, em um processo cumulativo.

Dessa forma, o objetivo do presente capítulo é analisar a trajetória de mudança econômica e institucional da produção ovina do Rio Grande do Sul e Uruguai e avaliar o impacto da crise internacional da lã na configuração do setor. O texto está organizado em cinco tópicos. Após a introdução, apresentam-se os procedimentos metodológicos do estudo. Em seguida, é realizada uma análise da trajetória histórica da ovinocultura no Rio Grande do Sul e Uruguai. Posteriormente, busca-se discutir os elementos institucionais determinantes na manutenção da produção ovina após a crise internacional dos preços da lã. Por fim, apontam-se as considerações finais do capítulo.

Metodologia

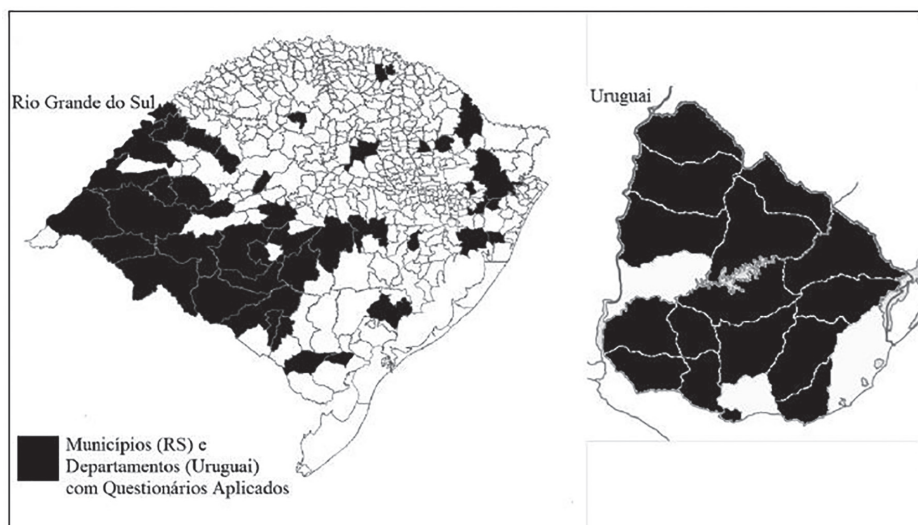
A pesquisa caracterizou-se pela utilização do método comparativo, por meio de técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas. Os conceitos centrais a serem analisados no estudo da evolução da produção ovina do Rio Grande do Sul e Uruguai, baseados na Economia Institucional Evolucionária, são: o processo de formação histórica da atividade, as mudanças estruturais, conjunturais (desequilíbrios) do setor, as rotinas das propriedades (técnicas e regras de decisão) e os hábitos, costumes e motivações dos produtores ovinos. Para tal, delineou-se uma metodologia segmentada em duas etapas inter-relacionadas.

A primeira etapa buscou compreender a atual situação estrutural da ovinocultura no Rio Grande do Sul e no Uruguai, a partir da reconstrução histórica da atividade, desde a introdução da espécie, no século XVII, até os principais desafios para o fortalecimento do setor no século XXI. A pesquisa bibliográfica e documental auxiliou na compilação de informações relevantes sobre a evolução histórico-estrutural do setor ovino, contextualizando a atividade com o processo de desenvolvimento econômico e social de ambas as regiões analisadas.

Após avaliar o processo histórico, a evolução da produção e a mudança estrutural, delineou-se a segunda etapa da pesquisa, a fim de identificar as características da produção ovina, o perfil e as motivações dos produtores que se adaptaram às transformações ocorridas no setor e daqueles que ingressaram após a crise internacional da lã na atividade. Para tal, utilizou-se de uma pesquisa de campo, com emprego de técnicas de observação direta e questionário semiestruturado.

Os questionários foram aplicados em uma amostra de ovinocultores a fim de obter a representação da população de propriedades ovinas do Rio Grande do Sul e Uruguai. Tanto o questionário como o planejamento amostral da pesquisa podem ser encontrados de forma detalhada em Viana (2012). Foram amostrados um total de 200 ovinocultores, totalizando 120 questionários respondidos no Rio Grande do Sul e 80 questionários respondidos no Uruguai. A abrangência municipal/departamental da aplicação dos questionários da pesquisa pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1 – Municípios no Rio Grande do Sul e Departamentos no Uruguai com questionários da pesquisa aplicados



O questionário pretendeu caracterizar:

- a) o perfil produtivo e institucional dos produtores (hábitos, experiência, decisões, motivações, etc.) em termos de: área da propriedade, número de animais e raça ovina, produtos ovinos comercializados, nível tecnológico empregado na ovinocultura, canais de adoção de tecnologias e tempo em que desenvolve a atividade ovina, se a atividade é herança familiar, as motivações para criar ovinos, o envolvimento com organizações de apoio, projeções da criação ovina para gerações futuras, existência de interação com produtores e perfil socioeconômico do ovinocultor.
- b) visão de passado e futuro na identificação do grau de importância⁴⁸ de fatores econômicos e institucionais para: i) o enfrentamento da crise dos preços da lã durante a década de 1990 e permanência do produtor na atividade ovina e; ii) o fortalecimento do setor ovino e retenção futura dos produtores na ovinocultura.

Após a pesquisa de campo, os dados foram organizados e tabulados para análise comparativa. Para caracterizar a produção e o perfil econômico-institucional dos ovinocultores que se mantiveram e ingressaram na atividade após a crise da lã no Rio Grande do Sul e Uruguai utilizou-se de diferentes técnicas estatísticas como: i) Estatística Descritiva (medidas de localização, medidas de variabilidade, distribuições de frequências e ferramentas gráficas); ii) Estatística Inferencial – testes de hipótese: teste *t-student*, análise de variância (ANOVA) e teste de Tukey.

Trajétoria Histórica e Econômica da Ovinocultura do Rio Grande do Sul e Uruguai

A chegada dos ovinos na América do Sul está vinculada à colonização espanhola na região do Prata. Durante os anos de 1541 a 1617, o centro da colonização do Rio da Prata foi Assunção do Paraguai, cidade pelo qual foram introduzidas as primeiras espécies ovinas e bovinas, animais que, nos anos subsequentes, povoariam o sul do continente latino (JACOB, 1981). Para Vieira & Santos (1967), indícios levam a acreditar que as primeiras ovelhas aqui chegadas pertenciam à raça espanhola “Churra”, constituída por animais pouco evoluídos. Já na Argentina alguns pesquisadores asseveram que os ovinos introduzidos na América deviam ser de origem oriental (Berberiscos).

48 O grau de importância de diferentes fatores para o enfrentamento da crise da lã e para o fortalecimento/ retenção futura na atividade foi atribuído pelos produtores a partir de uma escala do tipo *likert*, segmentada em: nada importante (1), pouco importante (2), indiferente (3), importante (4) e muito importante (5).

A primeira referência da introdução destes animais de origem espanhola e asiática no Brasil data de 1556, por meio das missões jesuíticas. Mais tarde, os holandeses introduziram ovinos batavos e no século XVIII os açorianos trouxeram para o Rio Grande do Sul ovelhas europeias. Face às condições adversas do clima, os ovinos não tiveram capacidade de adaptação nos Estados do Norte e somente no Rio Grande do Sul a espécie se desenvolveu e disseminou-se (VIEIRA; SANTOS, 1967).

Apesar da proximidade do Rio Grande do Sul com as colônias do Prata, só por volta de 1620 seus campos começaram a ser povoados com o gado trazido pelos jesuítas – os fundadores da pecuária sul-rio-grandense. Os campos gaúchos eram semelhantes ao pampa argentino e uruguaio e a evolução do criatório na região acompanhou a agilidade da pecuária nas províncias espanholas, graças ao clima, às finas pastagens e as boas aguadas (QUEVEDO, 1986). No entanto, foi o estabelecimento das primeiras estâncias que contribuiu para o crescimento da domesticação de ovinos nos campos sulinos. Para Figueiredo (1985), datam de 1732 as primeiras concessões de sesmarias, constituindo as primeiras invernadas, local onde se agregava o gado selvagem rebanhado nos campos devolutos.

Nas estâncias do Rio Grande do Sul e Uruguai surgiram os estabelecimentos coureiros, origem da chamada “civilização do couro”, e posteriormente a “era do charque”. A bovinocultura com a produção de charque tornou-se a principal fonte de crescimento das regiões do Prata e do sul do Brasil no início do século XIX. No entanto, a ovinocultura despontava como uma importante atividade secundária para as estâncias. Auguste de Saint-Hilaire (1887) em sua expedição ao Rio Grande do Sul nos anos de 1820 e 1821 evidenciou a presença da ovinocultura como atividade importante para a economia agrária da época, sendo os ovinos criados para subsistência e exploração econômica (venda de peles, lã e carne) em toda região do pampa. Em sua obra, Saint-Hilaire (1887) cita detalhes do manejo dos rebanhos ovinos, como a época de parição em junho, a época de tosquia em outubro, as formas de castração dos animais machos aos seis meses e o alto índice de mortalidade dos cordeiros após a parição devido a predadores. Porém, os ovinos ainda eram “*criados à lei da natureza [...] sendo a única preocupação tomada a de mantê-los em pasto abrigado, vizinho da habitação*” (SAINT-HILAIRE, 1887, p. 49).

No mesmo período, no Uruguai, a ovinocultura vinha se desenvolvendo por meio do melhoramento dos rebanhos. Em meados do século XIX, a raça crioula começou a ser cruzada com plantéis de ovinos da raça Merino, valorizando a lã fina e fortalecendo a atividade ovina até o final do século (BERTINO; TAJAM, 2000). Além do melhoramento, foram implantadas novas técnicas produtivas na ovinocultura a partir de investimentos estrangeiros, no entanto, foi o cercamento dos campos no final do século XIX e a constituição

da Associação Rural (1871) que deram um novo impulso à ovinocultura como atividade econômica no Uruguai (STOLOVICH, 1989; JACOB, 1981).

A estrutura econômica uruguaia se modificou nesse período, com os ovinos sendo incorporados ao sistema de produção pecuário das estâncias entre as décadas de 1850 e 1870 (BARRÁN, 1995). O cercamento dos campos, com a origem da Estância, permitiu delimitar propriedades e refinar os rebanhos, assim, os ovinos foram explorados com mais intensidade conjuntamente com bovinos de corte, trazendo um complemento de renda e maior segurança frente às oscilações de preços dos bovinos (JACOB, 1981).

Neste contexto, pode-se afirmar que o final do século XIX foi um marco para a consolidação da ovinocultura no Uruguai, e, posteriormente, determinante para sua influência na atividade desenvolvida no Rio Grande do Sul. O alto rendimento do gado ovino e as diversas possibilidades que a espécie destinava aos médios e pequenos proprietários rurais, coincidentes com as demandas crescentes da indústria têxtil europeia e norte-americana, permitiram o desenvolvimento da produção ovina desde 1860 e transformaram a lã em um dos principais produtos de exportação (STOLOVICH, 1989).

Ao entrar no século XX, para Stolovich (1989), o Uruguai apresentava dois complexos em expansão, os quais integram o país ao cenário econômico mundial: a) Complexo de lãs e couros: com presença estrangeira na fase intermediária de produção (barracas de lãs e couros). A matéria-prima era captada e enviada às indústrias da Europa e Estados Unidos; b) Complexo das carnes: com presença estrangeira na indústria frigorífica e no transporte oceânico, destinando carne bovina e ovina a açougues de Londres

Em contrapartida, a ovinocultura no Rio Grande do Sul até 1900, de acordo com Bofill (1996), era incipiente, desorganizada, inexpressiva e desprotegida, fundamentalmente pela falta de medicamentos adequados que permitissem tratar os animais das verminoses, sarna e outras doenças. Os ovinos valiam apenas para o fornecimento de carne para o consumo das próprias estâncias e como fonte para produção de pelegos para uso doméstico e de trabalho. Apesar da desorganização da atividade ovina no Rio Grande do Sul e a inexistência de medidas sanitárias profiláticas e curativas para os plantéis, o rebanho ovino gaúcho em 1905 era formado, conforme dados de Vieira & Santos (1967), por 2,3 milhões de cabeças, e em 1912 já alcançava 3,7 milhões de animais.

A bovinocultura de corte e a ovinocultura, por meio da produção de carnes resfriadas e congeladas, se transformaram, no Uruguai, nos primeiros setores de exportação durante as primeiras décadas do século XX. No passo destas transformações, os ovinocultores do Uruguai iniciaram um processo de “desmerinização” dos rebanhos, cruzando os ventres ovinos com reprodutores de raças inglesas especializadas na produção de carne (BERTINO et al., 2001). Assim, os rebanhos laneiros abriram espaço para a entrada de raças

como Lincoln e Romney Marsh (VIEIRA; SANTOS, 1967), resultando em um rebanho ovino uruguaio em 1908 de 21,5 milhões de cabeças (BERTINO; TAJAM, 2000). O Rio Grande do Sul, por sua vez, seguiu o exemplo do país vizinho e passou a introduzir em seus rebanhos ovinos destas raças de carne, e outras como as chamadas “Cara Negra”, em forma de cruzamentos alternados com o Merino (VIEIRA; SANTOS, 1967).

O crescimento da bovinocultura e ovinocultura no Uruguai e Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX, foi estimulado pelo funcionamento das indústrias frigoríficas. No entanto, foi a Primeira Guerra Mundial e seus efeitos sobre a elevação dos preços das matérias-primas, como das carnes e lã, que impulsionaram a produção ovina nas duas regiões (BERTINO *et al.*, 2001). A valorização da lã a partir de 1914 foi o fator determinante para que a criação de ovinos despertasse maior interesse por parte dos criadores do Rio Grande do Sul.

Neste contexto, houve entrada do mercado ovino gaúcho nos países em conflito, com a procura e conseqüente subida de preços da carne e lã. Para o aperfeiçoamento da produção, ovinocultores do Rio Grande do Sul fortaleceram relações com criatórios do Uruguai, trazendo ideias sobre congregação em associações de classe e construção de galpões coletivos para depósito de lãs e couros para o beneficiamento em períodos de alta dos preços na Europa (BOFILL, 1996).

A corrida pela produção de lã neste período fica evidente na afirmação de Bofill (1996) de que comerciantes uruguaio e argentinos entravam pelas fronteiras do Rio Grande do Sul para adquirir lã a fim de obterem lucros com a revenda para o mercado Europeu. A partir deste comportamento mercadológico, produtores gaúchos passaram a se organizar, construindo grandes depósitos, ou galpões, que eram chamados de “barracas”, onde eram depositados os estoques de lã para comercialização. Assim, foram estas ações as responsáveis pelo início do estabelecimento de uma cadeia produtiva em torno da ovinocultura no Rio Grande do Sul a partir dos anos de 1920 (BOFILL, 1996).

No entanto, no final da década de 1920 as economias do mundo sofreram com a grande depressão americana. Na visão de Quevedo (1986), o “*crack*” da bolsa em 1929 e suas conseqüências foram negativas para economia brasileira, em especial para a pecuária do Rio Grande do Sul. No Uruguai os impactos não foram diferentes, a crise instaurada nos mercados internacionais gerou efeitos dramáticos na economia, fundamentalmente no setor agropecuário.

Para Bertino *et al.* (2001), as mudanças inerentes à depressão econômica levantaram o questionamento sobre o modelo de desenvolvimento do Uruguai baseado nas exportações pecuárias, ainda mais em um horizonte limitado para o crescimento do comércio internacional. Porém, frente ao cenário contencioso pós 1929, o Rio Grande do Sul e o Uruguai compreenderam a necessidade de investimentos e apoio interno à ovinocultura. A grande depressão estimulou ações em prol da economia nacional e o fortalecimento dos seus principais

setores, como no caso do Uruguai, a partir de 1935, conforme relato de Bertino & Tajam (2000), com a criação do “Ministerio de Ganadería y Agricultura” e da “Comisión Nacional de Estudios del Problema Forrajero”.

No que tange o aspecto produtivo da ovinocultura, o cruzamento de ovinos merinos com raças especializadas em carne durante os anos 1900 a 1930 deu origem a uma grande heterogeneidade da safra laneira uruguaia. A valorização da lã frente à carne ovina a partir de 1930 e o comportamento protecionista das políticas internas após a crise de 1929 resultaram na criação da “Comisión Honoraria de Mejoramiento Ovino”, no ano de 1935, com recursos estatais provenientes de taxas de exportação de lã. A comissão objetivava melhorar a qualidade da fibra e aumentar o rendimento por animal por meio do fomento da criação de raças puras, prioritariamente a raça Corriedale (BERTINO; TAJAM, 2000; BERTINO *et al.*, 2001).

Assim, no Uruguai, a atuação da “Comisión Honorífica de Mejoramiento Ovino” foi determinante para o sucesso da inclusão de uma raça duplo propósito (carne e lã) a fim de melhorar a qualidade da lã, beneficiando-se das altas de preços da fibra na década de 1930 e 1940, sem perder a capacidade de produzir carne ovina para subsistência e eventual comercialização (BERTINO; TAJAM, 2000). A ovinocultura para a produção de lã se afirmou até a década de 1960 como o setor mais dinâmico da economia uruguaia para exportação frente à estagnação da produção de carne bovina e ovina (BERTINO *et al.*, 2001).

A ovinocultura do Rio Grande do Sul também foi influenciada pela valorização da lã na década de 1930 e pelas políticas públicas voltadas à economia interna. Segundo Vieira & Santos (1967), a partir de 1938, a produção ovina gaúcha passou a merecer especial atenção dos poderes públicos, especialmente da Secretaria da Agricultura, recentemente criada. De forma similar ao caso uruguaio, o governo gaúcho criou o Serviço de Ovinotecnia (com denominação inicial de Serviço de Peles e Lãs), elaborando um plano de ação para todos os setores da ovinocultura a fim de eliminar os fatores que impediam o aumento e a melhoria da produção ovina (VIEIRA; SANTOS, 1967). Já em 1939 foi realizada a 1ª Exposição Estadual de Lãs em Uruguaiana, marcando, conforme Nocchi (2001), o início de uma nova era para a ovinocultura do Rio Grande do Sul.

O melhor período vivido pela ovinocultura do Rio Grande do Sul no século XX, segundo Bofill (1996), foi a década de 1940. Em 1942 iniciou-se a campanha de erradicação da sarna ovina, mediante lei que tornava obrigatório o seu combate em todos os estabelecimentos rurais, por meio do SESO (Serviço de Erradicação da Sarna Ovina). A parasitose atingia mais de 30% dos seis milhões de ovinos do rebanho gaúcho. No mesmo ano, funda-se, por iniciativa do Serviço de Ovinotecnia, a Associação Rio-Grandense de Criadores de Ovinos (ARCO) que congregava a elite dos criadores (VIEIRA; SANTOS, 1967).

Surgiram no ano de 1945 as primeiras cooperativas de produtores de lã, tendo por sede os municípios de Uruguaiana, Pelotas e Alegrete. Esse fato passou a desempenhar um papel decisivo no estímulo à produção laneira, disciplinando a comercialização da lã em bases justas e equitativas de preço, de acordo com a classe e a qualidade do produto entregue pelo cooperado, e oferecendo o produto já devidamente classificado diretamente à indústria ou ao mercado externo (VIEIRA; SANTOS, 1967).

Os avanços tecnológicos produtivos para ovinocultura se disseminaram no Rio Grande do Sul ao longo da década de 1940, como o Serviço de Inseminação Artificial de Ovinos, sob a tutela do Ministério da Agricultura do Brasil, fornecendo aos produtores a infraestrutura completa para serviços de inseminação artificial e reprodutores com genética superior (BOFILL, 1996). Ainda nesse período surgiram os sarnicidas e os vermífugos, produtos eficientes desenvolvidos pela indústria química após o término da Segunda Guerra Mundial, que controlaram, segundo Bofill (1996), os dois maiores flagelos da ovinocultura da época: a sarna e a verminose. Tanto no Uruguai como no Rio Grande do Sul, o progresso da ovinocultura na década de 1940 e 1950 esteve também associado à consolidação de uma raça pura nos rebanhos: a raça Corriedale.

A ovinocultura despontava em 1950 como uma força econômica emergente no campo, tornando-se importante atividade econômica das estâncias da fronteira e de toda região da campanha do Rio Grande do Sul, onde existiam as maiores concentrações de ovinos do Brasil (BOFILL, 1996), no entanto, a criação de ovinos se difundia por quase todos os municípios do Rio Grande do Sul, onde as cidades das regiões da Campanha, Serra do Sudeste e Litoral detinham 74% da população ovina, distribuída entre cerca de 28.000 criadores (VIEIRA; SANTOS, 1967).

Até meados da década de 1960 a produção de lã liderou o crescimento pecuário do Uruguai, tornando o país um importante exportador mundial da fibra. Nesta conjuntura, o Uruguai tornou-se o país líder da América do Sul na produção ovina e com grande capacidade de competição no mercado internacional. Além disso, a atividade ovina alcançou importância econômica, social e política no Uruguai, transformando a produção de lã na maior fonte geradora de divisas do país (BOFILL, 1996; NOCCHI, 2001). Por sua vez, no Rio Grande do Sul da década de 1960 a ovinocultura era a maior riqueza existente nos campos da fronteira, sustentando todas as despesas das propriedades rurais. A lã, nas palavras de Bofill (1996), passou a ser denominada de “Ouro Branco”, sendo o grau de riqueza de um produtor rural estimado pelo número de ovelhas que compunham seu rebanho.

Nota-se que o crescimento da ovinocultura na primeira metade do século XX esteve associado ao desenvolvimento de um ambiente institucional sólido capaz de suportar o progresso da criação no Rio Grande do Sul e Uruguai. Destacam-se o aparecimento de instituições como regras formais por meio de leis

sanitárias e políticas públicas de fomento à atividade ovina, o fortalecimento de instituições de ações coletivas que controlaram, liberaram e ampliaram a ação individual dos ovinocultores por meio do cooperativismo e organizações de classe, e pela destruição criativa na ovinocultura, através da criação e difusão de novas tecnologias agropecuárias destinadas a ganhos de produtividade. Destacam-se que esses elementos são centrais na Teoria Econômica Institucional.

Pelo fato da fronteira do Rio Grande do Sul não ter descoberto, até a década de 1960, qual era a agricultura adequada às suas terras e clima, o rebanho ovino multiplicou-se por toda a região, evoluiu sob orientação oficial, transformou-se na “razão de ser” da produção primária, formando estruturas de trabalho que deram suporte e segurança à criação e comércio da matéria-prima oriunda da ovinocultura (BOFILL, 1996). Ainda, o desenvolvimento da ovinocultura constituiu uma figura social típica da região, o gaúcho e a ovelha, institucionalizando hábitos de consumo e comportamento.

O ápice da atividade ovina no Rio Grande do Sul coincidiu com o início da consolidação de políticas agrícolas que objetivaram o processo de modernização da agricultura brasileira. No início da década de 1960, o setor agrícola era considerado um entrave ao crescimento brasileiro devido à baixa produtividade e diversidade da produção. A necessidade de alavancar uma indústria nacional por meio de excedentes de mão de obra rural e divisas oriundas da exportação de commodities, além de gerar segurança alimentar ao país e redução dos preços dos alimentos, incentivou o governo militar a construir um plano de modernização agrícola, baseado no modelo norte americano e apoiado por medidas estatais, como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), programas de expansão agrícola e a criação de instituições públicas de pesquisa e extensão rural.

Este processo de modernização deu origem aos complexos agroindustriais. Na década de 1970, no Rio Grande do Sul, os sistemas de apoio à modernização agrícola destinaram grandes valores de crédito subsidiado aos produtores, além de segurança de comercialização por meio de preços mínimos para estimular a agricultura de grãos em solo gaúcho. Assim, durante o final da década de 1970, na região da Campanha Gaúcha, a lavoura de arroz começou a crescer e se organizar, retirando importantes espaços anteriormente ocupados pela criação de ovinos (BOFILL, 1996).

Mesmo com a introdução da agricultura em zonas tradicionais de pecuária, a ovinocultura do Rio Grande do Sul alcançou na década de 1980 um rebanho ovino estimado em 13,5 milhões de cabeças e uma produção de lã em torno de 30.000 toneladas apoiada por uma estrutura de organizações de nível técnico e comercial (NOCCHI, 2001). As cooperativas de lã continuavam recebendo apoio financeiro, abrigando em suas estruturas associativas mais de 90% dos criadores de ovinos do Estado (BOFILL, 1996).

No Uruguai, o rebanho ovino cresceu ao longo de toda a década de 1980, processo de expansão que culminou, em 1991, com um rebanho máximo de 26 milhões de ovinos (CAPUTI; MURGUÍA, 2003). Esse crescimento foi acompanhado pela retomada de investimentos estrangeiros no setor, principalmente na indústria de lãs para exportação (STOLOVICH, 1989). Assim, neste contexto, a ovinocultura, desde a década de 1940 até o final dos anos de 1980, vinha em expansão, consolidando mercados e aperfeiçoando a produção de lã de qualidade, tanto no Rio Grande do Sul como no Uruguai.

Porém, o principal fator de desequilíbrio econômico da atividade teve origem, na segunda metade da década de 1980, em medidas políticas e organizacionais para a proteção do mercado da lã do maior produtor mundial: a Austrália. Os australianos, cientes da necessidade de proteger a atividade ovina, criaram um sistema de comercialização, sob a proteção da “Corporação Australiana da Lã” (CAL). A corporação acumulava fundos cobrados de produtores e transformou-se em uma agência reguladora com a finalidade de criar mecanismos de proteção no comércio da lã (BOFILL, 1996).

As vendas de lã na Austrália eram realizadas através de leilões, que contavam com a participação de representantes da CAL a fim de controlar as negociações. Quando os preços estavam baixos, a CAL comprava e garantia os preços mínimos pactuados. Quando os preços tendiam a subir de forma exagerada, a CAL vendia lã a valores menores, obrigando o mercado a equilibrar os preços. Dessa forma, o objetivo principal era manter a lã dentro de valores que fossem competitivos frente a outras fibras têxteis e, ao mesmo tempo, estimulantes para o produtor (NOCCHI, 2001).

Apesar do bom trabalho realizado pela agência, em meados da década de 1980 houve uma série de mudanças administrativas na Corporação Australiana da Lã. Para Bofill (1996), no entendimento dos novos dirigentes, o valor das lãs australianas deveria ser diferenciado a fim de maximizar os lucros dos produtores de ovinos da Austrália, levando ao crescimento da arrecadação da Corporação e ao aumento de divisas para o governo central. Contudo, esse comportamento especulador teve curta duração. A estratégia de maximização dos lucros por meio apenas da elevação dos preços da fibra, balizada pela Corporação Australiana da Lã, desafiou os compradores a mudarem seus hábitos. O tradicional público consumidor de tecidos e confecções de lã, em virtude dos altos custos desses manufaturados, mudou de hábito e deslocou-se em grande parte para o consumo de confecções de algodão, sintéticos e misturas de fibras de outra origem (BOFILL, 1996).

Nessas condições de mercado do final da década de 1980 e início da década de 1990 a lã perdeu compradores e usuários e, a partir desse momento, instalou-se a crise do setor no mundo inteiro. A Corporação de Lã na Austrália começou a bancar as vendas de lã da Austrália, estocando grandes quantidades de lã da melhor qualidade, na espera de uma reação de mercado que não

aconteceu (BOFILL, 1996). Assim, iniciou-se o principal evento conjuntural negativo do setor, que levaria mais tarde a uma mudança estrutural severa e a desorganização da atividade ovina: a crise internacional dos preços da lã.

Nessas circunstâncias, a ovinocultura mundial entrou em colapso. A Austrália foi obrigada a estudar um plano de emergência para vender um estoque de lã que chegou a somar mais de um milhão e meio de toneladas, optando, no fim, pela venda gradativa durante as safras seguintes e a redução sensível do rebanho ovino do país (BOFILL, 1996; NOCCHI, 2001). A consequência destas ações foi a queda acentuada dos preços da lã no mercado internacional, afetando a rentabilidade e a motivação econômica da produção em todos os países produtores. Conjuntamente a crise internacional dos preços da lã, a ovinocultura do Rio Grande do Sul inicia a década de 1990 com a redução (quase total) dos créditos governamentais disponibilizados para as cooperativas de lãs do Estado, sem condições de capitalização para suportar as estruturas de trabalho e os impactos da crise (BOFILL, 1996). Adicionalmente, o Brasil instituiu políticas a fim de liberalizar os mercados agrícolas, reduzindo substancialmente o protecionismo nos mercados agropecuários, fruto das instabilidades econômicas sofridas durante a década de 1980 e da crise de divisas do Estado.

A partir deste cenário, evidencia-se que tanto fatores econômicos como fatores institucionais foram determinantes para o declínio da atividade. Destaca-se a redução de gastos governamentais, a falta de incentivo por meio de políticas públicas específicas, a mudança de hábitos de consumo no mercado têxtil, a substituição da atividade ovina por outras mais rentáveis, o arrefecimento das ações coletivas via cooperativismo e associações de classe e o desestímulo e falta de motivação econômica e institucional de longo prazo.

Os impactos da crise internacional dos preços da lã na ovinocultura se estenderam pelos anos subsequentes, tornando os anos 1990, de acordo com Nocchi (2001), o pior momento da história da lã, denominado de “década nefasta”. O primeiro impacto pôde ser observado na queda abrupta dos preços da fibra no Rio Grande do Sul. Conforme Viana & Souza (2007), após o comportamento da CAL de maximização dos ganhos, o preço pago ao produtor gaúcho por quilograma de lã no ano de 1991 (ápice da crise) foi 80,3% menor do que o praticado no ano de 1989.

No Uruguai, os impactos não foram diferentes. O setor laneiro uruguaio, segundo Caputi & Murguía (2003), entrou em grave crise em meados da década de 1990, com redução de 50% no rebanho ovino nacional. Conjuntamente aos efeitos da crise da lã, iniciou-se no país uma série de reformas nas políticas públicas que liberalizaram os mercados agropecuários. O algodão e as fibras sintéticas dominaram a preferência das indústrias têxteis e dos consumidores. A redução da demanda pela lã pode ser observada, no final da década de 1990, nos dados de Nocchi (2001), onde do consumo total de

fibras do mundo, 28,4% eram de fibras sintéticas, 18,4% eram de algodão e, apenas 1,4% eram de lã ovina.

Ao final dos anos 1990 a ovinocultura estava desestruturada no Rio Grande do Sul e Uruguai; com a queda dos preços da lã, os sistemas produtivos voltados à produção de fibra se tornaram antieconômicos, fazendo muitos produtores substituir a atividade. Os rebanhos declinaram de forma significativa, e a ovinocultura voltou a ser direcionada para subsistência, relegada a um segundo plano na economia das regiões produtoras.

As mudanças no perfil agropecuário do Uruguai, pós crise internacional dos preços da lã, podem se resumir em: i) redução de 77,5% das áreas destinadas à criação de ovinos de 1990 a 2000; ii) Aumento da região arrozeira (148%); iii) Crescimento das áreas destinadas à bovinocultura de leite (59%); iv) Notável crescimento da região florestal (920%) sobre áreas de pecuária; v) Moderado aumento na região citrícola e redução nas superfícies hortícolas (DIEA/MGAP, 2008; BIANCHI & GARIBOTTO, 2008a).

Apesar das dificuldades enfrentadas nos anos 1990, a estabilidade monetária conquistada a partir do Plano Real, a abertura do comércio internacional e o aumento do poder aquisitivo da população brasileira trouxeram um alento para os ovinocultores gaúchos. A demanda por carne ovina elevou-se, transformando-se em um potencial produto substituto carne. A partir da emergência da carne ovina como possibilidade rentável de produção, as propriedades ovinocultoras do Rio Grande do Sul iniciaram uma transição em seus processos produtivos. As raças ovinas especializadas em carne entraram no mercado, estimulou-se o crescimento da taxa de natalidade das fêmeas e focalizou-se a produção na obtenção de cordeiros para abate.

No Uruguai, a possibilidade de investimentos na carne ovina também foi identificada. Durante a década de 2000, a terminação de cordeiros pesados para abate transformou-se em uma das atividades de maior dinamismo da ovinocultura uruguaia, com crescente investimento e rentabilidade (BIANCHI & GARIBOTTO, 2008b).

Deste modo, pode-se visualizar que a produção de carne ovina emergiu durante a década de 2000 como alternativa para a (re)organização da cadeia da ovinocultura no Rio Grande do Sul e Uruguai. No entanto, o país platino não se desvinculou da produção laneira. Um exemplo é o “Proyecto Merino Fino del Uruguay” iniciado em 1998. Em sua origem, o projeto objetivava uma possibilidade de incremento na competitividade do complexo agroindustrial laneiro uruguaio, frente aos desafios e oportunidades colocadas pelo mercado internacional de fibras têxteis (INIA/SUL/SCMA, 2000).

Aliado ao processo de reestruturação da cadeia produtiva com a valorização da carne ovina e de fibras superfina, a ovinocultura tornou-se uma importante atividade para pecuaristas familiares, sendo a produção ovina, conforme dados de Bianchi & Garibotto (2008a), a principal fonte de retorno

econômico para a classe de pequenos produtores do Uruguai. A ovinocultura ficou, ao final dos anos 2000, sujeita a pressões competitivas pelos seus recursos naturais por parte de setores agropecuários que demonstram rentabilidade atrativa, como agricultura e grãos, silvicultura e bovinocultura de leite, além da competição histórica por áreas com a bovinocultura de corte (CARDELLINO, 2008).

No Brasil, a carne ovina despontou como principal produto da atividade, alavancada pelo crescimento do rebanho ovino do nordeste brasileiro (SORIO & RASI, 2010). Os rebanhos começaram a ser explorados economicamente com a introdução de raças especializadas, melhoramento genético e técnicas de manejo que propiciaram a elevação da produtividade em Estados como da Bahia e Ceará. Jesus Júnior et al. (2010) destacam também um movimento em direção às regiões Centro-Oeste e Norte, comprovado pelo aumento consistente do rebanho ovino, principalmente nos estados de Mato Grosso, Acre, Rondônia e Pará, bem acima da média nacional (IBGE/SIDRA, 2014).

Ao refletir essas questões, constrói-se um cenário de transformação da produção ovina, valorizando a vocação regional, a tradição na atividade e o desenvolvimento rural de localidades dependentes da pecuária familiar, a fim de manter e recuperar uma atividade que apresentou um papel determinante na formação econômica e histórica do Sul do Brasil e do Uruguai.

Em resumo, o mercado ovino foi afetado de forma permanente após a crise da lã, tendo como origem desta mudança estrutural comportamentos econômicos maximizadores e uma racionalidade limitada das consequências de tais ações. Após este comportamento, o deslocamento da demanda de lã para outras fibras estabeleceu de vez a crise, tornado as sinalizações de mercado pouco determinantes para a retomada da atividade ovina, emergindo a possibilidade de motivações, não apenas maximizadoras/otimizadoras, impulsionarem a reestruturação da ovinocultura. A compreensão desta dinâmica produtiva ovina indica um comportamento econômico evolucionário no setor, corroborando a abordagem institucionalista de Hodgson (1992), de que a dinâmica econômica é um processo causal infinito de natureza cumulativa sem alcançar um equilíbrio geral.

Assim, a análise comparativa da trajetória do setor ovino no Rio Grande do Sul e Uruguai, com base na Economia Institucional Evolucionária, possibilitou a compreensão dos choques, desequilíbrios e evolução da produção, trazendo à tona elementos do passado determinantes para o entendimento da situação presente da ovinocultura e para projeções futuras da atividade, incorporando a noção de *path dependence*. Desta forma, cabe analisar, após a compreensão da natureza histórica, a situação da atividade nas duas regiões, por meio da caracterização da produção ovina, numa perspectiva micro analítica, delineando a configuração do setor e o perfil econômico e institucional dos ovinocultores.

Características Institucionais e Motivações de Ovinocultores do Rio Grande do Sul e Uruguai

Os produtores de ovinos apresentam diferenças em relação ao seu perfil econômico e institucional. A diversidade de perfil é considerada uma variação inerente à natureza das condições socioeconômicas da produção agropecuária. No caso da ovinocultura do Rio Grande do Sul e Uruguai, cabe analisar as diferenças presentes entre os produtores estabelecidos antes e depois da crise internacional dos preços da lã, a fim de visualizar as variações a partir de um processo de mudança na atividade. Neste caso, não se compara períodos, mas o perfil de dois grupos de produtores estabelecidos em períodos distintos (antes e depois da crise dos preços da lã).

A Tabela 1 apresenta os valores médios das variáveis de idade, área e tamanho do rebanho para as duas classes de produtores do Rio Grande do Sul e Uruguai, comparados por meio do teste de hipótese paramétrico *t-student* para duas amostras independentes.

Tabela 1 – Média das variáveis de idade dos produtores, área da propriedade e tamanho do rebanho de ovinocultores estabelecidos na atividade antes e depois da crise internacional da lã

Variável	Rio Grande do Sul			Uruguai		
	Estabelecidos Antes Crise	Estabelecidos Após Crise	Valor p*	Estabelecidos Antes Crise	Estabelecidos Após Crise	Valor p*
Idade (anos)	53,01	46,56	0,022	55,90	47,26	0,0003
Área (hectares)	1068,52	435,02	0,003	1569,81	531,77	0,0008
Rebanho (cabeças)	596,44	173,90	0,000	1652,26	646,19	0,078

Valor p de Fisher para teste *t-student* para duas amostras independentes.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados primários da pesquisa

Observa-se que os produtores pesquisados, de ambas as regiões, estabelecidos antes e depois da crise apresentam diferenças em relação aos valores médios das variáveis de idade, área da propriedade e rebanho. As diferenças significativas foram observadas tomando como base um nível de significância de até 10%. Em relação à variável idade, nota-se que os produtores estabelecidos após a crise internacional dos preços da lã são mais jovens do que os produtores que enfrentaram os desequilíbrios ($P < 0,05$).

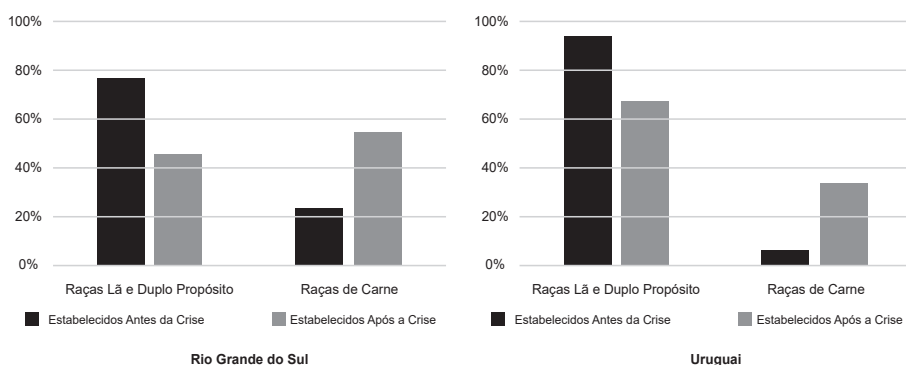
Da mesma forma que a variável idade, a área das propriedades rurais das duas classes de produtores se mostrou distintas nas duas regiões, significativa a um nível de 1% de significância. Evidencia-se que os produtores que

enfrentaram a crise da lã apresentam uma maior área em hectares do que os produtores estabelecidos recentemente. Pode-se inferir, tanto no Rio Grande do Sul como no Uruguai, que os produtores emergentes, que tomaram a decisão de criar ovinos após as mudanças inerentes à crise da lã, apresentam uma estrutura fundiária menor do que os produtores tradicionais, estabelecendo um novo perfil produtivo para a atividade nas duas regiões. Ou seja, os produtores estabelecidos antes da crise apresentam área média maior do que 1.000 hectares, enquanto os produtores estabelecidos após a crise desenvolvem a ovinocultura em uma área média de 400 a 550 hectares.

A área das propriedades rurais tem relação direta com o rebanho ovino criado. Constata-se, também, diferença significativa do rebanho ovino em produtores estabelecidos antes e depois da crise da lã. Os produtores de ovinos mais recentes apresentam um rebanho ovino menor do que os produtores tradicionais, fato relacionado à menor área e as diferenças de atividades agropecuárias desenvolvidas. A diferença entre as classes encontra-se no Rio Grande do Sul ($P < 0,01$) e no Uruguai ($P < 0,10$), no entanto, o número de cabeças criadas nas duas regiões é distinto.

A variação pode ser encontrada também no perfil de raças criadas pelos produtores. A Figura 2 apresenta os objetivos das raças ovinas criadas pelos produtores estabelecidos na atividade antes e depois da crise internacional da lã no Rio Grande do Sul e Uruguai.

Figura 2 – Tipo de raças ovinas criadas pelos produtores estabelecidos na atividade antes e depois da crise internacional da lã no Rio Grande do Sul e Uruguai



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados primários da pesquisa.

No Rio Grande do Sul observa-se uma mudança no perfil de raça ovina criada com o advento da crise da lã. Em produtores estabelecidos antes da crise, as raças desenvolvidas são, majoritariamente, laneiras e de duplo

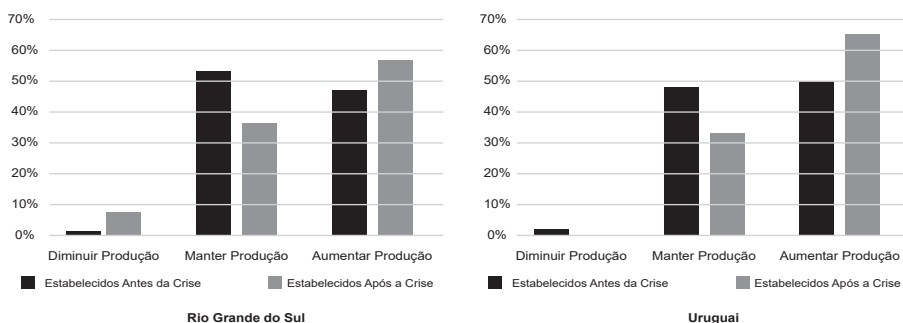
propósito, representando 76,4% da amostra pesquisada. Em contraste, em produtores estabelecidos após a crise da lã, nota-se uma mudança no perfil racial do rebanho, sendo as raças de carne as mais utilizadas na criação ovina, inseridas em 54,5% dos produtores estabelecidos nas últimas décadas. A mudança de raça está associada à mudança estrutural, com a desvalorização da lã e a emergência da carne ovina como importante produto da cadeia produtiva. Assim, verifica-se que na ovinocultura do Rio Grande do Sul, os produtores tradicionais mantiveram seu perfil racial, mesmo com os efeitos da crise da lã, enquanto que os produtores mais novos na atividade investiram em raças especializadas na produção de carne, apostando na reestruturação do setor via a valorização do mercado de cordeiros.

Já no Uruguai não se visualiza este comportamento de mudança racial, ou seja, tanto em produtores estabelecidos antes como após a crise da lã as raças laneiras e duplo propósito são utilizadas majoritariamente na produção ovina, em 93,5% e 66,7% dos produtores, respectivamente. Cabe salientar que mesmo mantendo-se as raças laneiras e duplo propósito como as mais utilizadas nos sistemas produtivos houve um crescimento na utilização de raças de carne por produtores estabelecidos após a crise, representando 33,3% da amostra.

Os resultados encontrados nas duas regiões para produtores estabelecidos antes da crise da lã demonstram que as mudanças ocorridas nos mercados da ovinocultura, gerando uma nova oportunidade econômica (a produção e comercialização de carne ovina) não foram capazes de induzir uma modificação radical no perfil racial dos rebanhos. Ao invés de uma troca de raça, os produtores tradicionais buscaram uma adaptação e melhoramento dos rebanhos frente às novas demandas dos mercados, demonstrando que as decisões não levam em consideração apenas a busca pela maximização dos ganhos, mas também motivações de ordem não-econômica vinculada, neste caso, a costumes e tradição da criação de determinadas raças.

Ao projetar a evolução atividade ovina, a Figura 3 apresenta a pretensão futura de ovinocultores do Rio Grande do Sul e Uruguai estabelecidos antes e depois da crise da lã. Os dados demonstram que quase a totalidade dos ovinocultores deseja manter ou aumentar a produção; além disso, evidencia-se que o maior percentual de produtores engajados no aumento da produção ovina são aqueles estabelecidos após a crise da lã nas duas regiões.

Figura 3 – Pretensão futura para a ovinocultura de produtores estabelecidos na atividade antes e depois da crise internacional da lã no Rio Grande do Sul e Uruguai



No Rio Grande do Sul, os produtores estabelecidos antes da crise pretendem, em sua maioria, manter a produção ovina (52,5%); contudo, há uma parcela importante de ovinocultores desta classe que deseja aumentar a produção (46,3%). Já os produtores estabelecidos após a crise da lã pretendem, em sua maioria, aumentar a produção ovina (56,4%), seguido mais distante dos produtores desta classe que pretendem manter a produção (35,9%). Sugere-se que o comportamento mais presente de manutenção da produção em ovinocultores que enfrentaram a crise internacional da lã pode ser explicado por um hábito de receio, costume de cautela e tradição conservadora, comportamentos moldados pelas mudanças inerentes à crise internacional dos preços da lã. Por sua vez, os ovinocultores estabelecidos após a crise não apresentam a cumulatividade destas instituições formadas a partir da vivência da mudança/desequilíbrio, demonstrando menor cautela e conservadorismo ao projetar o futuro. Assim, verifica-se a associação de aspectos institucionais com a pretensão futura econômica da ovinocultura.

A partir desta importância institucional, a Tabela 2 apresenta percentuais de afirmação em questões institucionais voltadas à dinâmica ovina de produtores estabelecidos na atividade antes e depois da crise da lã.

Tabela 2 – Percentual (%) de afirmação para as variáveis de renda não-agrícola, herança familiar, envolvimento com organizações, incentivo para próxima geração e participação em visitas técnicas/encontros de ovinocultores estabelecidos em diferentes períodos

Variáveis (%)	Rio Grande do Sul		Uruguai	
	Estabelecidos Antes Crise	Estabelecidos Após Crise	Estabelecidos Antes Crise	Estabelecidos Após Crise

continua...

continuação

Existência de renda não-agrícola	43,8	75,0	43,8	34,4
Ovinocultura como herança familiar	85,0	40,0	63,8	56,3
Criação de ovinos próxima geração	85,9	79,5	79,2	82,8
Envolvimento com organizações/apoio*	35,0	45,0	40,4	28,1
Visitas, encontros/aperfeiçoamento	73,8	80,0	63,8	62,5
Médio/Alto nível tecnológico**	73,8	72,5	75,0	59,4

*Produtor citado com médio e alto envolvimento com organizações de apoio a ovinocultura

**Produtores citado com médio e alto nível tecnológico aplicado à produção ovina

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados primários da pesquisa

A existência de renda não-agrícola em ovinocultores é evidenciada nas duas classes de produtores e em ambas as regiões pesquisadas. Porém, salienta-se que 75% dos produtores estabelecidos após a crise da lã no Rio Grande do Sul apresentam alguma fonte de renda não-agrícola, elevado percentual em comparação aos produtores estabelecidos antes da crise da lã e aos resultados percentuais encontrados no Uruguai.

A ovinocultura é uma atividade agropecuária com forte ligação com a sucessão familiar, afirmação balizada nos percentuais afirmativos para essa fonte de origem em produtores estabelecidos antes e depois da crise nas duas regiões. Contudo, cabe destacar que os ovinocultores estabelecidos após a crise no Rio Grande do Sul apresentam um percentual de herança familiar menor (40%) do que o observado nos produtores tradicionais. Este fato deve-se à entrada recente destes produtores na criação ovina motivada por aspectos ligados à constituição do mercado da carne ovina e a comportamentos econômicos desvinculados a questões de origem familiar.

Contudo, a ligação da criação ovina com as gerações futuras é observada nas duas classes e regiões de produtores. Em torno de 80% dos ovinocultores pesquisados acreditam na hereditariedade futura da ovinocultura, sem diferenças percentuais consideráveis entre produtores estabelecidos antes e depois dos desequilíbrios da atividade. Isto demonstra que os produtores mais novos na atividade também acreditam na criação para próximas gerações, independente da característica não-teleológica e da incerteza inerente ao ambiente econômico da ovinocultura.

Na perspectiva do envolvimento organizacional, constata-se que menos da metade dos ovinocultores apresentam médio ou elevado envolvimento

com organizações de apoio da cadeia produtiva ovina. Aliado a relação com organizações de apoio, os ovinocultores utilizam de visitas técnicas, encontros e eventos a fim de aperfeiçoar a produção ovina, modificar rotinas e manter-se na atividade. No Rio Grande do Sul e no Uruguai grande parcela dos ovinocultores, sem distinção por experiência na atividade, utiliza destes meios para aperfeiçoamento, trocando informações e acessando novas tecnologias produtivas.

O nível tecnológico aplicado à produção ovina é um bom indicador da situação atual da atividade. Nas duas regiões constata-se que a maioria dos ovinocultores pesquisados, estabelecidos antes e depois da crise da lã, apresentam sistemas produtivos considerados de médio ou elevado nível tecnológico. Isto demonstra que apesar das mudanças e desequilíbrios nos mercados da ovinocultura, os produtores investem em tecnologias a fim de consolidar a ovinocultura frente aos novos desafios.

Neste contexto, visualiza-se que as mudanças ocorridas no setor provocaram a entrada de produtores com um novo perfil etário, fundiário, produtivo (em termos de raças e tamanho de rebanho) e de pretensão futura. No entanto, nota-se uma similaridade no perfil institucional dos ovinocultores estabelecidos nos diferentes períodos e em ambas as regiões, demonstrando um caráter de enraizamento destas características, geridas e influenciadas pelo padrão histórico de mudanças da atividade ovina, as quais contribuem para determinar a configuração atual do setor no Rio Grande do Sul e Uruguai.

A partir desta percepção comparativa, cabe avaliar as principais motivações dos ovinocultores para desenvolver a produção ovina, a fim de verificar o tipo e a ordem do estímulo à atividade econômica, bem como identificar o grau de importância de fatores econômicos e institucionais no enfrentamento da crise dos preços da lã durante a década de 1990 e permanência do produtor na atividade ovina (visão de passado) e no fortalecimento do setor ovino e retenção futura dos produtores na ovinocultura (visão de futuro).

Tipos de motivação e importância de fatores econômico-institucionais no enfrentamento da crise da lã e na retenção futura dos produtores na ovinocultura

Os mercados da ovinocultura apresentaram crescente valorização na década de 2010. Os preços pagos ao produtor de carne ovina alcançaram valores recordes, apresentando uma “supervalorização” frente aos preços das carnes bovina, suína e de frango (SOUZA, 2011). Naturalmente, sob uma perspectiva neoclássica, a motivação de uma firma ou indivíduo, produtor e ofertante de um bem valorizado no mercado, estaria relacionada, fundamentalmente, com as vantagens econômicas oriundas deste cenário, ou seja,

com a maximização dos lucros a partir de sua racionalidade substantiva. No entanto, mesmo frente a esta “supervalorização”, a motivação dos ovinocultores pesquisados no Rio Grande do Sul e Uruguai não se fundamenta apenas na maximização dos ganhos da atividade, mas também, em mesmo grau, em características institucionais das firmas e dos indivíduos inseridos na ovinocultura. Os tipos de motivação e o seu grau de importância no desenvolvimento da ovinocultura do Rio Grande do Sul e Uruguai podem ser visualizados na Tabela 3.

Tabela 3 – Tipos de motivação e seu grau de importância* no desenvolvimento da ovinocultura nas propriedades pesquisadas do Rio Grande do Sul e Uruguai

Motivação**	Rio Grande do Sul	Motivação**	Uruguai
Satisfação	2,88 ^a	Lucro	3,15 ^a
Lucro	2,85 ^a	Satisfação Pessoal	2,80 ^{ab}
Subsistência	2,64 ^{ab}	Subsistência	2,44 ^{ab}
Tradição Familiar	2,19 ^b	Tradição Familiar	2,09 ^c

*Escala de importância varia de 1 a 4, onde 4 representa a mais importante motivação e 1 a de menor importância.

**Médias das atribuições com letras diferentes indicam diferença significativa entre motivações ($P < 0,01$) – dentro das regiões – a partir do Teste de Tukey.

Constata-se que, no Rio Grande do Sul, a satisfação pessoal foi apontada, a partir da análise dos valores absolutos de importância, como a principal motivação dos produtores para a criação ovina. Porém, cabe destacar que não se evidenciou diferença significativa dos graus de importância entre as motivações de satisfação pessoal e lucro na atividade. Estes resultados confirmam que aspectos institucionais de um ambiente produtivo apresentam a mesma importância do que aspectos econômicos na motivação e direcionamento da atividade ovina. Outra motivação importante é a produção de ovinos com o objetivo de subsistência/consumo próprio das propriedades rurais, valor que não apresenta diferença significativa em relação às outras médias de motivações no caso do Rio Grande do Sul.

No Uruguai a motivação baseada no lucro foi identificada como de maior importância em valores absolutos médios. No entanto, ressalta-se que motivação pelo lucro representa um desejo, uma busca, não necessariamente um ato de maximização. Destaca-se ainda a presença de motivações com origem na tradição familiar, outro aspecto institucional importante no estímulo à atividade econômica.

Os resultados quantitativos de motivações apresentados e discutidos confirmam as conclusões apontadas por Aguilera (2011), que, a partir de um método qualitativo de pesquisa por meio de entrevistas com ovinocultores do Rio Grande do Sul, destacou que a ovinocultura é uma atividade econômica fortemente

influenciada por características como costumes, tradições e valores pessoais dos indivíduos nela inseridos. Em relatos apresentados por Aguilera (2011), a motivação baseada exclusivamente no lucro é descartada, demonstrando que a motivação para o desenvolvimento da ovinocultura perpassa questões apenas de ordem econômica, sendo para uma parcela de produtores “um modo de vida”, “uma paixão nascida da família”, além de “ser uma atividade rentável é apaixonante, tem o lado tradicional herdado” (AGUILERA, 2011, p. 53-59).

Adicionalmente, a paridade de importância dos aspectos institucionais e econômicos na motivação dos ovinocultores e a relação de hábitos de pensamento individuais, por meio de satisfação pessoal, costumes e tradições, com o direcionamento da atividade ovina, ganham ainda mais destaque frente a um período de “supervalorização” econômica da ovinocultura.

O ambiente de valorização dos produtos da ovinocultura contrasta com o período de grave crise ocorrido na década de 1990. Neste sentido, acaba analisar quais fatores econômicos e institucionais foram determinantes para a manutenção dos produtores e adaptação dos sistemas produtivos às novas características de mercado fruto da mudança estrutural. Assim, a Tabela 4 apresenta as médias dos graus de importância atribuídos pelos produtores de ovinos do Rio Grande do Sul e Uruguai a diferentes fatores econômicos e institucionais no enfrentamento da crise dos preços da lã na década de 1990.

Tabela 4 – Grau de importância* atribuído pelos ovinocultores a diferentes fatores para o enfrentamento da crise da lã e manutenção na atividade ovina nos anos subsequentes

Fator de Enfrentamento**	Rio Grande do Sul	Fator de Enfrentamento**	Uruguai
Tradição/Satisfação Pessoal	4,09 ^a	Tradição/Satisfação Pessoal	3,92 ^a
Possibilidade de Consumo	3,88 ^{ab}	Busca pelo Lucro	3,90 ^a
Características da Propriedade	3,85 ^{ab}	Aumento da Demanda	3,88 ^a
Busca pelo Lucro	3,77 ^{ab}	Características da Propriedade	3,79 ^a
Aumento da Demanda	3,57 ^{ab}	Possibilidade de Consumo	3,62 ^a
Geração/Difusão Tecnologia	3,45 ^b	Geração/Difusão Tecnologia	3,36 ^a
Apoio de Organizações	2,40 ^c	Apoio de Organizações	2,54 ^b

*Escala do tipo *likert* de 5 pontos (1 a 5), sendo que 1 refere-se a “nada importante”, e 5 refere-se a “muito importante”

**Médias com letras diferentes indicam diferença significativa entre os fatores ($P < 0,01$) – dentro das regiões – a partir do Teste de *Tukey*.

O fator que apresentou maior grau absoluto de importância para o enfrentamento da crise da lã e manutenção na atividade ovina nos anos subsequentes

no Rio Grande do Sul e Uruguai foi a tradição existente da firma na ovinocultura e a satisfação pessoal que o produtor obtém com o desenvolvimento da atividade. O resultado encontrado demonstra que fatores institucionais foram determinantes na manutenção de ovinocultores após a crise, apontando um papel decisivo para as regras informais da sociedade (costumes, tradições, etc.) e modos não-econômicos de pensar na retenção de produtores após períodos de desequilíbrios e mudanças.

Na ovinocultura do Rio Grande do Sul destacam-se também a possibilidade de consumo da carne ovina no estabelecimento rural e as características da propriedade típicas para produção ovina (vegetação, relevo, solo, etc.) como importantes fatores para o enfrentamento da crise. No Uruguai, destacam-se a importância de fatores econômicos, como a busca pelo lucro e o aumento da demanda por produtos derivados da ovinocultura, no enfrentamento dos ovinocultores frente aos efeitos da crise da década de 1990.

Após uma visão de passado, cabe analisar a importância de diferentes fatores econômicos e institucionais (Tabela 5) no fortalecimento do setor para as próximas décadas, e consequente retenção futura dos produtores na atividade ovina (visão de futuro).

Tabela 5 – Grau de importância* atribuído pelos ovinocultores a diferentes fatores para o fortalecimento do setor e retenção futura na atividade ovina

Fator de Fortalecimento**	Rio Grande do Sul	Fator de Fortalecimento**	Uruguai
Estimular a demanda	4,47 ^a	Incentivar jovens/paixão	4,34 ^a
Investimento processamento	4,31 ^{ab}	Estimular a demanda	4,24 ^a
Entidades mais atuantes	4,31 ^{ab}	Entidades mais atuantes	4,23 ^a
Aumentar a produção	4,23 ^{ab}	Aumentar a produção	4,20 ^{ab}
Incentivar jovens/paixão	4,11 ^{ab}	Geração/Difusão Tecnologia	4,08 ^{ab}
Geração/Difusão Tecnologia	4,09 ^{ab}	Investimento processamento	3,97 ^{ab}
Estimular associativismo	4,03 ^b	Estimular associativismo	3,71 ^b

*Escala do tipo *likert* de 5 pontos (1 a 5), sendo que 1 refere-se a “nada importante”, e 5 refere-se a “muito importante”

**Médias com letras diferentes indicam diferença significativa entre os fatores ($P < 0,01$) – dentro das regiões – a partir do Teste de *Tukey*.

Para os produtores do Rio Grande do Sul, os principais fatores (com maiores médias absolutas) para o fortalecimento futuro da atividade ovina são estimular a demanda pelos produtos ovinos, investimentos em processamento e industrialização da carne ovina e entidades ligadas ao setor serem

mais representativas e atuantes. Nota-se que os principais fatores estão ligados a aspectos econômicos, onde a única diferença estatística na atribuição de importância ($P < 0,01$) foi encontrada entre as médias de “estimular a demanda” e “estimular associativismos”.

No caso uruguaio, os produtores inseriram entre os principais fatores para retenção futura na atividade ovina o fator de “incentivar jovens produtores e a paixão pela ovinocultura”. Evidencia-se que, para a amostra uruguaia, fortalecer valores pessoais voltados à satisfação, costumes e estimular novas gerações, características de ordem institucional, também são determinantes em uma visão de futuro da atividade.

Sob um aspecto geral, observa-se um comportamento similar no Rio Grande do Sul e Uruguai quanto à trajetória de mudança, a configuração atual do setor e as motivações dos ovinocultores. De acordo com Neto (2004), a ovinocultura só avançará em termos produtivos e mercadológicos se os produtores estiverem aptos e cientes da necessidade de mudar. Assim, ao aproximar os dados empíricos da Economia Institucional, mudar refere-se a instituir novos hábitos e rotinas de produção, atentos aos deslocamentos das demandas e oportunidades, adaptando-se aos desequilíbrios inerentes ao movimento econômico não-teleológico. Estas características evolucionárias do ambiente econômico foram constatadas na evolução da ovinocultura do Rio Grande do Sul e Uruguai, através da descrição histórica, identificação da mudança estrutural e da configuração presente do setor. Assim, confirma-se a tese de que as motivações dos indivíduos e os fatores determinantes na dinâmica dos mercados da ovinocultura nem sempre são influenciados apenas por sinalizações econômicas e produtivas, mas também por motivações e fatores de ordem não-econômica, de caráter institucional, baseadas em hábitos de pensamento individuais (VEBLEN, 1898), regras informais – tradição, costumes, etc. (NELSON, 1995), além de comportamentos e ações coletivas (COMMONS, 1934). Portanto, esta análise confirma a aderência da abordagem teórica da Economia Institucional Evolucionária às características da evolução do caso empírico, mais especificamente a utilização de pressupostos de origem no Antigo Institucionalismo na compreensão das mudanças e motivações inerentes a atividade ovina.

Considerações finais

A evolução da produção ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai foi determinada pela dinâmica de fatores econômicos e institucionais. O desenvolvimento da ovinocultura como atividade econômica, na primeira metade do século XX, esteve associado ao fortalecimento de um ambiente institucional baseado em regras formais, norteadoras dos processos produtivos e comerciais,

em políticas públicas de incentivo, em ações coletivas de cooperativismo, em hábitos e motivações individuais e na criação e difusão de novas tecnologias produtivas, as quais romperam com o conservadorismo e com técnicas rudimentares de produção. Esta mudança institucional projetou a ovinocultura como uma das principais atividades agropecuárias do Rio Grande do Sul e Uruguai no período entre as décadas de 1940 e 1980, impulsionada também por fatores de ordem econômica como crédito, investimentos em tecnologia, apoio às exportações e valorização das commodities no mercado externo.

A pesquisa de campo indicou que o fator que apresentou maior grau absoluto de importância para o enfrentamento do período de crise e desequilíbrios e para manutenção da atividade ovina nos anos subsequentes, tanto no Rio Grande do Sul como no Uruguai, foi a tradição existente da firma na ovinocultura e a satisfação pessoal que o produtor obtém com o desenvolvimento da atividade.

De forma similar, os resultados relativos às motivações dos produtores para desenvolver a ovinocultura não se fundamentam apenas na maximização dos ganhos da atividade, mas também, em mesmo grau, em características institucionais das firmas e dos indivíduos inseridos na atividade ovina. Mesmo frente a um período de valorização no mercado ovino na década de 2010, a satisfação pessoal foi apontada, a partir da análise dos valores absolutos de importância, como a principal motivação dos produtores do Rio Grande do Sul para a criação ovina. Já no Uruguai, a motivação baseada no lucro foi identificada como de maior importância em valores absolutos médios, porém não apresentando diferença significativa em comparação a motivação baseada na satisfação pessoal, confirmando a hipótese de paridade de importância com características institucionais.

A partir destes resultados, emerge a ideia de que a mudança estrutural ocorrida na ovinocultura do Rio Grande do Sul e Uruguai foi suportada também por fatores institucionais, como motivações vinculadas à hereditariedade, satisfação pessoal e tradição na produção, conceituadas como regras informais da sociedade e hábitos coletivos. Assim, sob uma perspectiva evolucionária, as instituições da ovinocultura de ambas as regiões apresentam dimensão conectiva – o contexto passado do setor moldou a situação presente, que por sua vez, irá formar as instituições do futuro, em um processo “hereditário”, análogo aos genes da biologia e aos processos de *path dependence* e causalção cumulativa. Assim, confirma-se o argumento de que as motivações dos indivíduos e os fatores determinantes na dinâmica dos mercados da ovinocultura nem sempre são influenciados apenas por sinalizações econômicas e produtivas, mas também por ações e fatores de ordem não-econômica, de caráter institucional.

Assim, identifica-se que estudar a trajetória e as mudanças da ovinocultura do Rio Grande do Sul e Uruguai significa romper com a natureza

humana passiva do *mainstream* econômico; os indivíduos que presenciaram a mudança estrutural no setor, ou ingressaram após o período de desequilíbrios do mercado ovino, tornaram-se agentes ativos na vida econômica da atividade, modificando o ambiente no qual estavam inseridos, com comportamentos determinados pelas características produtivas e econômicas inerentes à dinâmica agrícola, mas também por ações influenciadas pela hereditariedade, experiência, tradições e motivações pessoais. Deste modo, ressalta-se a importância das instituições na dinâmica dos mercados agrícolas, tratando o indivíduo como um agente não exclusivamente maximizador e ativo no processo econômico, onde a compreensão dos mercados só é possível em uma perspectiva de *path dependence*.

Portanto, para o institucionalismo evolucionário (ou para o exposto pelo caso da trajetória da ovinocultura no Rio Grande do Sul e Uruguai), as economias (ou mercados ovinos) estão em constante evolução por meio de saltos cumulativos (evolução da produção ovina), transformações estruturais (crise internacional da lã) e processos de herança e seleção (adaptação e retenção na atividade ovina), gerando novos cenários (novas motivações, possibilidades e mercados), sem caráter finalístico, onde o ambiente (características econômicas e institucionais da atividade ovina) disciplina o pensamento, ação e padrões de conduta dos indivíduos (ovicultores de ontem, hoje e amanhã).

REFERÊNCIAS

AGUILERA, C. M. M. **Criação de ovinos em Bagé-RS**: estudo de caso sobre as dificuldades para a manutenção da atividade. 2011. 80 f. Monografia (Graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BARRÁN, J. P. **El nacimiento del Uruguay moderno en la segunda mitad del siglo XIX**. Red Académica Uruguaya (RAU), Universidad de la República, 1995.

BERTINO, M. *et al.* **El cambio estructural a través de los sectores**: la economía uruguaya 1900-1955 (II). Montevideo: Instituto de Economía, UDELAR, Serie Documentos de Trabajo, 2001.

BERTINO, M.; TAJAM, H. **La ganadería en el Uruguay, 1911- 1943**. Montevideo: Instituto de Economía, UDELAR, 2000.

BIANCHI, G.; GARIBOTTO, G. Invernada de corderos: Algunas preguntas con respuestas. **El País Agropecuario**. Ano 14, n. 158. p. 34-38, 2008b.

BIANCHI, G.; GARIBOTTO, G. ¿Lana o Carne? La oveja “embretada”. **El País Agropecuario**. Ano 13, n. 155. p. 30-35, 2008a.

BOFILL, F. J. **A reestruturação da ovinocultura gaúcha**. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1996.

CAPUTI, P.; MURGUÍA, J. M. Análisis del crecimiento ganadero a través de un modelo de equilibrio. **Agrociencia**, v. 7, n. 2, p. 79-90, 2003.

CARDELLINO, R. El doble propósito en ovinos con lana fina: Una posibilidad cierta para Uruguay. **El País Agropecuario**. Ano 14. n. 157, p. 32-34, 2008.

COMMONS, J. R. **Institutional economics**. Madison: University of Wisconsin Press, 1934.

DIEA/MGAP. Regiones Agropecuarias 1990 y 2000. **Uruguay Agroalimentari en Cifras**, p. 7, 2008.

DOSI, G.; NELSON, R. R. An introduction to evolutionary theories in economics. **Journal of Evolutionary Economics**, Heidelberg, v. 4, p. 153-172, 1994

HODGSON, G. M. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 36, p. 166-192, 1998.

HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.

IBGE/SIDRA. **Banco de dados agregados – SIDRA**. Temas: Pecuária, 2014.

INIA/SUL/SCMA. **Proyecto Merino Fino del Uruguay**. Tacuarembó: Biblioteca INIA, 2000.

JACOB, R. **Breve historia de la industria en Uruguay**. Montevideo: Fundación de cultura universitaria – FCU, 1981.

JESUS JUNIOR, C. de. et al. Ovinocaprinocultura de corte: a convivência dos extremos. **BNDES Setorial**, n. 31, p. 281-320, 2010.

NELSON, R. R. Recent evolutionary theorizing about economic change. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 33, n. 1, p. 48-90, 1995.

NELSON, R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: UNICAMP, 2005.

NETO, O. A. P. Gerenciamento e capacitação da cadeia da ovinocultura. In: NETO, O. A. P. (org.). **Práticas em ovinocultura: ferramentas para o sucesso**. Porto Alegre: SENAR/RS, 2004.

NOCCHI, E. D. **Os efeitos da crise da lã no mercado internacional e os impactos sócio-econômicos no município de Santana do Livramento – RS– Brasil**. 2001. 71f. Dissertação (Mestrado em Integração e Cooperação Internacional) - Universidad Nacional de Rosario, Rosario, Argentina, 2001.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, N. M. de.; ALVES, S. R. S. Introdução aos Sistemas de Criação de Ovinos. In: EMBRAPA. **Sistemas de criação de ovinos nos ambientes ecológicos do sul do Rio Grande do Sul**. Bagé: EMBRAPA, Sistemas de Produção 2. Bagé: EMBRAPA, 2003.

QUEVEDO, R. **As estâncias e as charqueadas**. Porto Alegre: Globo, 1986.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999. Original em 1887.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Original em 1911).

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 49, p. 99-118, 1955.

SORIO, A.; RASI, L. Ovinocultura e abate clandestino: um problema fiscal ou uma solução de mercado? **Revista de Política Agrícola**, Ano XIX, n. 1, p. 71 – 83, 2010.

SOUZA, D. A. O ciclo de valorização da carne ovina no mercado doméstico brasileiro. *Cadeias Produtivas – Conjuntura de Mercado*, FarmPoint, 2011.

STOLOVICH, L. **Poder económico y empresas extranjeras en el Uruguay actual**. Centro Uruguay Independiente. Montevideo, 1989.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Original em 1899).

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 22, p. 403-414, 1998. (Original em 1898).

VIANA, J. G. A. **Evolução da produção ovina no Rio Grande do Sul e Uruguai**: análise comparada do impacto da crise da lã na configuração do setor. 2012. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2012.

VIANA, J. G. A.; SOUZA, R. S. Comportamento dos preços dos produtos da ovinocultura do Rio Grande do Sul no período de 1973 a 2005. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 31, n. 1, p. 191-199, 2007.

VIEIRA, G. V. N.; SANTOS, V. T. dos. **Criação de ovinos**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

VILELA, M. H. **Análise crítica da agricultura**. Porto Alegre: EDIPU-CRS, 1998.